



Um Estudo Sobre a Prática Pedagógica Libertadora de Paulo Freire

Rosilene Figueira Miranda¹

Resumo

O presente trabalho de cunho bibliográfico é obra das reflexões da disciplina “A Pedagogia de Paulo Freire” no decorrer das aulas de mestrado, (Mestrado em Educação, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Câmpus de Presidente Prudente-SP). Pretende-se, a partir destas reflexões, tecer algumas considerações, à luz dos autores estudados no decorrer da disciplina, em especial algumas das obras do autor Paulo Freire, acerca das contribuições de suas ideias para o processo educacional.

Palavras-chave: Paulo Freire, educação popular, pedagogia da libertação e alfabetização de adultos.

Resumen

El presente trabajo de carácter bibliográfico, es obra de los reflejos de la disciplina "La pedagogía de Paulo Freire" durante las clases magistrales (Maestría em educación em la Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho "- UNESP - Campus de Presidente Prudente-SP). Se pretende, sobre la base de estas reflexiones, algunas ideas, a la luz de los autores estudiados em el curso de disciplina, em particular algunas de las obras del autor Paulo Freire, acerca de las contribuciones de sus ideas para el proceso educativo.

Palabras clave: Paulo Freire, educación popular, pedagogía de laliberación y el adulto alfabetización.

¹ Diretora Municipal de Educação no Município de Indiana. E-mail: rosilene@webmac.psi.br



Introdução

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2010, p.47), essa é uma das mais famosas frases de Paulo Freire, entre tantas outras, que uma grande maioria de professores conhece e a utilizam em seus “projetos” educacionais.

No entanto, quando questionados sobre as idéias e as contribuições efetivas de Freire para a educação, não conseguem responder, a não ser citando mais algumas frases conhecidas do autor que circulam, principalmente, nos sites e blogs na internet.

Na maioria das escolas brasileiras não há, por exemplo, um aproveitamento das HTPCs (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo), para que professores e gestores façam reflexões sobre o que os intelectuais e pesquisadores em educação produziram, ou estão produzindo, e que possam contribuir para vencer os desafios enfrentados pelo sistema educacional no Brasil.

Dessa forma, o presente artigo, apresenta algumas considerações sobre as concepções de Educação idealizadas por Paulo Freire, que sempre defendeu que a Educação é libertadora, caso haja um povo oprimido, e por conta disso, muitas vezes sofreu críticas, no tocante à utopia.

Breve Biografia de Paulo Freire

Embora, Paulo Freire, é um autor conhecido no Brasil e internacionalmente, alguns fatos sobre sua vida ainda são desconhecidos para muitos educadores, principalmente, no que diz respeito ao contexto social e cultural da época em que desenvolveu suas idéias e pensamentos pedagógicos.

Paulo Reglus Neves Freire, nasceu em 1921, na cidade de Recife, Pernambuco. Formou-se em Direito, e chegou a exercer a profissão de advogado.



Foi professor de português no período de 1941 a 1947. Tornou-se Doutor em Filosofia e História da Educação em 1959. Atuou como professor na Universidade do Recife em 1961, nas disciplinas de Filosofia e História da Educação.

No estado do Rio Grande do Norte participou de uma campanha de alfabetização de adultos.

Foi nomeado, em 1963, Presidente da Comissão de Cultura Popular, pelo Presidente da República João Goulart. Quando ocorreu o Golpe Militar de 1964, ficou preso por aproximadamente dois meses, e foi exilado por quinze anos.

No período em que ficou exilado morou na Bolívia e trabalhou no Chile por cinco anos para o Movimento de Reforma Agrária da Democracia Cristã e para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Freire foi convidado em 1969, como professor visitante em Harvard.

Depois de um ano em Cambridge, Freire mudou-se para Genebra, na Suíça, trabalhando como consultor educacional do Conselho Mundial de Igrejas. Durante esse tempo, atuou como consultor em reforma educacional em colônias portuguesas na África, particularmente na Guiné-Bissau e em Moçambique.

Em 1979, com a anistia, Paulo Freire já poderia ter voltado para o Brasil, no entanto, retornou em 1980, e se filiou ao Partido dos Trabalhadores, na cidade de São Paulo. Atuou como supervisor para o programa do partido para alfabetização de adultos de 1980 até 1986. Freire foi nomeado secretário de Educação da cidade de São Paulo, de 1989 a 1991. Dentre as marcas de sua passagem pela secretaria municipal de Educação está a criação do MOVA - Movimento de Alfabetização, um modelo de programa público de apoio a salas comunitárias de Educação de Jovens e Adultos.

Foi o brasileiro mais homenageado da história: ganhou 41 títulos de Doutor *Honoris Causa* de universidades como Harvard, Cambridge e Oxford. Faleceu em 1997.



Educação como prática de liberdade

Em seu livro *Educação como Prática da Liberdade* Freire relata detalhadamente o método de alfabetização de adultos, e ainda, contextualiza a proposta historicamente, bem como, apresenta seus pressupostos filosóficos e políticos.

O ensaio começa com Francisco C. Welffort, com o tema *Educação e Política (Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade)*, onde ele discorre sobre a experiência de Freire em Angicos, em 1962, no Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. Experiência, essa, que alfabetizou em quarenta e cinco dias, cerca de trezentos trabalhadores rurais. No entanto, com o Golpe Militar de 1964, os trabalhos com a educação popular, que já tinha avançado capacitando coordenadores para atuarem em outros estados foi interrompido. Sendo que Freire após ficar preso por aproximadamente uns 70 dias, foi exilado.

Dessa forma, Welffort expõe, na introdução desse livro o contexto histórico, cultural e social, bem como os danos que causou o Golpe Militar, para o projeto de democratização cultural no Brasil.

O livro contém quatro capítulos:

Capítulo 1 - A Sociedade Brasileira em Transição.

Nesse capítulo Freire escreveu sua interpretação sobre as forças políticas que, no início da década de 1960, pleiteavam o poder. De início faz um esclarecimento sobre seus pressupostos filosóficos, visto que, para ele, existir é muito mais que estar no mundo,

É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é. (FREIRE, p. 39)

Freire considerava que para o homem não bastava apenas viver no mundo, mas sim, estar no mundo, interagindo, dialogando, se apropriando e transformando a cultura. Considerando, ainda, que “Nas relações que o homem estabelece com o mundo há, por isso mesmo, uma pluralidade na própria singularidade” (FREIRE, 1967). Visto que, para ele o homem é um ser de relações e não apenas de contatos, o que o diferencia dos demais animais. Podendo o homem conseguir essa integração com o mundo ao se adequar à realidade, conhecendo o contexto



histórico e cultural, e ainda, interagir, criar, recriar, decidir, criticar, participando e transformando a história e a cultura. Dessa forma, podendo conseguir humanizar a realidade. Segundo o autor,

A integração ao seu contexto, resultante de estar não apenas nele, mas com ele, e não a simples adaptação, acomodação ou ajustamento, comportamento próprio da esfera dos contatos, ou sintoma de sua desumanização implica em que, tanto a visão de si mesmo, como a do mundo, não podem absolutizar-se, fazendo-o sentir-se um ser desgarrado e suspenso ou levando-o a julgar o seu mundo algo sobre que apenas se acha. A sua integração o enraiza. Faz dele, na feliz expressão de Marcel, um ser “situado e datado”. Daí que a massificação implique no desenraizamento do homem. Na sua “destemporalização”. Na sua acomodação. No seu ajustamento. (FREIRE, p.41-42, 1967)

No entanto, para Freire, a realidade não é esta, o que ele via eram os homens oprimidos, direcionados, passivos, comandados pelo poder de uma minoria, que inventam mitos para massificar e conseguir impor suas ideologias, que cada vez mais negava os direitos à educação à maioria da população e os oprimiam através do analfabetismo, e que sentem medo até da liberdade. Nesse sentido, afirma FREIRE,

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se. (FREIRE, p.43, 1967)

E ainda acrescenta:

Mas, infelizmente, o que se sente, dia a dia, com mais força aqui, menos ali, em qualquer dos mundos em que o mundo se divide, é o homem simples esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele. Mitos que, voltando-se contra (FREIRE, p.44, 1967)

No período histórico relatado pelo autor, o Brasil vivia um período de transição, visto que havia uma sociedade fechada, que era comandada pelo mercado externo, com um alto índice de analfabetismo da população. No entanto, as forças políticas que disputavam o poder, na época, eram contraditórias, o que ofereceu ao homem brasileiro a possibilidade de ter opções, e para Freire, nesse período de transição a educação era fundamental, pois, era um caminho para a verdadeira democracia, através de uma educação que proporcionasse o diálogo, que realmente



desse a devida importância para a área social, que tivesse uma responsabilidade política onde as classes populares tivessem voz ativa. Segundo o autor:

Em última análise, toda a temática e o conjunto de suas tarefas, ao rachar-se a sociedade, assumiram uma nova coloração. Na “Sociedade fechada”, temas como democracia, participação popular, liberdade, propriedade, autoridade, educação e muitos outros, de que decorriam tarefas específicas, tinham uma tônica e uma significação que já não satisfazem à Sociedade em trânsito. Nossa preocupação, de resto difícil, era a captação dos novos anseios, como a visão nova dos velhos temas que se consubstanciando, nos levariam a uma “Sociedade aberta”, mas distorcendo-se, poderiam levar-nos a uma sociedade de massas em que, descriticizado, quedaria o homem acomodado e domesticado. (FREIRE, p.47, 1967).

Dessa forma, para Freire, através da Educação o homem poderia mudar seu destino no mundo, deixar de se “coisificar-se”, para, então, humanizar-se. Nesse sentido, afirma o autor:

(...) O de que se precisava urgentemente era dar soluções rápidas e seguras aos seus problemas angustiantes. Soluções, repita-se, com o povo e nunca sobre ou simplesmente para ele. Era ir ao encontro desse povo emerso nos centros urbanos e emergindo já nos rurais e ajudá-lo a inserir-se no processo, criticamente. E esta passagem, absolutamente indispensável à humanização do homem brasileiro, não poderia ser feita nem pelo engodo, nem pelo medo, nem pela força. Mas, por uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação, que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. Educação que levasse em consideração os vários graus de poder de captação do homem brasileiro da mais alta imporda no sentido de sua humanização. Daí a preocupação que sempre tivemos de analisar estes vários graus de compreensão da realidade em seu condicionamento histórico-cultural (...). (FREIRE, p.57-58, 1967).

Capítulo 2 - Sociedade Fechada e Inexperiência Democrática.

Com o intuito de analisar o Golpe de Estado e fazer suas considerações, Freire faz um resgate de diversas passagens da história brasileira. Fez um relato da história do Brasil do período colonial e da fase imperial, para que o leitor se situasse historicamente, e compreendesse melhor o período de transição pelo qual a sociedade brasileira estava passando, período esse, que ele havia relatado no primeiro capítulo do livro. Enfatiza a ausência da participação da população, até mesmo quando o Brasil passou para o período Republicano. Segundo Freire:



Interessa-nos, neste capítulo, analisar as linhas fundamentais desta marca, que vem sendo e continuará a ser um dos pontos de estrangulamento de nossa democratização. Não que lhe emprestemos uma força todo-poderosa e invencível, em virtude de que devêssemos ficar eternamente incapacitados ao exercício mais autêntico da democracia. O que não é possível, porém, é subestimá-la, lembrando-nos de uma advertência, aparentemente óbvia, mas absolutamente fundamental de Barbu “Mind in all its manifestations is never only what it is, but also what it was...”. (FREIRE, p.66, 1967).

Para Freire o diálogo se faz fundamental em relação à responsabilidade social e política do homem, e afirma que no desenvolvimento do Brasil não houve esse diálogo. Desde o período colonial o poder político de alguns se sobrepôs à participação popular, submeteu o homem ao ajustamento, acomodação e não à integração. O homem foi aceitando tudo que lhe era imposto, sem questionar. O povo foi sendo marginalizado ao longo da história. Como bem pontua FREIRE:

Realmente o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas. O Brasil nasceu e cresceu sem experiência de diálogo. De cabeça baixa, com receio da Coroa. Sem imprensa. Sem relações. Sem sentido marcante de nossa colonização, fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio, em que o “poder do senhor” se alongava “das terras às gentes também” e do trabalho escravo inicialmente do nativo e posteriormente do africano, não teria criado condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, característica do clima cultural democrático, no homem brasileiro. (FREIRE, p. 66-67, 1967)

Paulo Freire caracteriza a nossa colonização como uma empreitada comercial. Afirma, ainda, que “A distância social existente e característica das relações humanas no grande domínio não permite a dialogação.” (FREIRE, 1967).

Toda essa opressão vivida ao longo dos anos não podia colaborar para uma sociedade democrática. “Ao lado, posto à margem, sem direitos cívicos, estava o homem comum, irremediavelmente afastado de qualquer experiência de autogoverno. De dialogação. Constantemente submetido. “Protegido”. (FREIRE, 1967).

Sem conhecer nossa realidade, a estrutura do estado nacional democrático foi importada, sem levar em consideração nosso contexto histórico. Com uma mentalidade extremamente feudal e uma estrutura econômica e social colonial. Um povo vazio de experiências democráticas.

Freire caracteriza a democracia como:

A democracia que, antes de ser forma política, é forma de vida, se caracteriza sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem.



Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns. Em que o homem participe. (FREIRE, p. 81, 1967)

No entanto, no século XX, o Brasil começou um processo de desenvolvimento intenso da urbanização. E o povo, até então, totalmente na obscuridade e à margem dos acontecimentos, iniciou suas primeiras experiências de participação, começou o que Freire chamou de superação da inexperiência democrática por uma nova experiência, a da participação. “O País começava a encontrar-se consigo mesmo. Seu povo emerso iniciava as suas experiências de participação. Tudo isto, porém, estava envolvido nos embates entre os velhos e novos temas.”, relata FREIRE (1967).

Capítulo 3 - Educação Versus Massificação.

Nesse capítulo, o autor expõe a concepção pedagógica que ele tinha, contrária à concepção pedagógica tradicional, que eram as práticas que na época eram realizadas pelas escolas. Freire assinala a necessidade de eliminar esse tipo de prática pedagógica tradicional, e acredita na potencialidade do homem se educar como sujeito histórico.

Estávamos convencidos, e estamos, de que a contribuição a ser trazida pelo educador brasileiro à sua sociedade em “partejamento”, ao lado dos economistas, dos sociólogos, como de todos os especialistas voltados para a melhoria dos seus padrões, haveria de ser a de uma educação crítica e criticizadora. De uma educação que tentasse a passagem da transitividade ingênua à transitividade crítica, somente como poderíamos, ampliando e alargando a capacidade de aptar os desafios do tempo, colocar o homem brasileiro em condições de resistir aos poderes da emocionalidade da própria transição. Armá-lo contra a força dos irracionalismos, de que era presa fácil, na emersão que fazia, em posição transitivante ingênua. (FREIRE, p. 86, 1967).

Freire sentia a necessidade de mudanças no processo educacional brasileiro nesse período de transitividade, no entanto, o educador precisava assumir uma postura crítica, que respondesse aos anseios da transitividade ingênua à transitividade crítica. Mudanças na educação que exigiam do educador posicionamento crítico em relação à área social e política, onde predominasse o diálogo com as camadas populares, e não atendessem apenas às imposições da elite.



Tínhamos de nos convencer desta obviedade: uma sociedade que vinha e vem sofrendo alterações tão profundas e às vezes até bruscas e em que as transformações tendiam a ativar cada vez mais o povo em emersão, necessitava de uma reforma urgente e total no seu processo educativo. Reforma que atingisse a própria organização e o próprio trabalho educacional em outras instituições ultrapassando os limites mesmos das estritamente pedagógicas. Necessitávamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política. (FREIRE, p. 88, 1987)

Freire fez críticas às práticas pedagógicas que não estavam atreladas à teoria, visto que, a educação na época não despertava nos educandos o gosto pela pesquisa científica, porque a teoria e os conteúdos não se comunicavam, e que ao contrário, desenvolveria a consciência crítica nos alunos.

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos. (FREIRE, p. 90. 1967)

O que Freire observava, na educação brasileira na sociedade fechada, era educadores que tratavam os problemas com ingenuidade, de forma acrítica e superficial. O autor afirma:

Não podíamos compreender, numa sociedade dinamicamente em fase de transição, uma educação que levasse o homem a posições quietistas ao invés daquela que o levasse à procura da verdade em comum, “ouvindo, perguntando, investigando”. Só podíamos compreender uma educação que fizesse do homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível criticamente, ou com acento cada vez maior de racionalidade. (FREIRE, p. 90, 1967)

Somente no período de transição, Freire sentiu que alguns estavam preocupados em mudar o panorama educacional brasileiro, identificando-se sistematicamente com a realidade do país. A partir de então, estava criando-se uma possibilidade de se fazer uma mudança para uma pedagogia crítica. Desmistificando as falas de que a culpa são dos alunos, que eles não aprendem. Pois, para Freire a democracia e a educação democrática têm como pressuposto acreditar na



capacidade do homem, através do diálogo, das discussões dos seus problemas, da comunidade em que está inserido, dos problemas do seu país e do mundo e das relações do trabalho.

O nosso grande desafio, por isso mesmo, nas novas condições da vida brasileira, não era só o alarmante índice de analfabetismo e a sua superação. Não seria a exclusiva superação do analfabetismo que levaria a rebelião popular à inserção. A alfabetização puramente mecânica. O problema para nós prosseguia e transcendia a superação do analfabetismo e se situava na necessidade de superarmos também a nossa inexperiência democrática. Ou tentarmos simultaneamente as duas coisas. Não seria, porém, com essa educação desvinculada da vida, centrada na palavra, em que é altamente rica, mas na palavra “milagrosamente” esvaziada da realidade que deveria representar, pobre de atividades com que o educando ganhe a experiência do fazer, que desenvolveríamos no brasileiro a criticidade de sua consciência, indispensável à nossa democratização. (FREIRE, p. 94-95, 1967)

Capítulo 4 - Educação e Conscientização.

O autor relata as experiências pedagógicas realizadas no Brasil, antes do Golpe Militar de 1964. Ele detalha o Método de Alfabetização de Adultos, contando várias experiências no Brasil, e que de acordo com o Plano elaborado no Governo de Goulart seria implantado em torno de vinte mil Círculos de Cultura no país, para tentar erradicar o analfabetismo no país. O que não aconteceu devido ao Golpe Militar de 1964.

Freire relata as experiências com a alfabetização de adultos nessa década de 60, antes do golpe, e aponta que no Brasil, naquela época havia aproximadamente 4 milhões de crianças, que tinham idade escolar e estavam fora da escola, e que na faixa etária a partir de 14 anos, era de dezesseis milhões eram analfabetos.

O número de crianças em idade escolar, sem escola, aproximadamente 4.000.000, e o de analfabetos, a partir da faixa etária de 14 anos, 16.000.000, a que se junta a inadequação de nossa educação, já referida, falam por si. (FREIRE, p. 101, 1967)

Relata, ainda, Freire, que as experiências vinham se desenvolvendo pela equipe há mais de 15 anos, e que os educadores dos Círculos de Cultura eram chamados de coordenadores. Foram várias as experiências desenvolvidas, e que formavam grupos com os alfabetizandos, usavam os debates, mas sempre partindo de entrevistas com eles, para ter o conhecimento dos problemas que lhes interessavam debater.



Experimentáramos métodos, técnicas, processos de comunicação. Superamos procedimentos. Nunca, porém, abandonamos a convicção que sempre tivemos, de que só nas bases populares e com elas, poderíamos realizar algo de sério e autêntico para elas. Daí, jamais admitirmos que a democratização da cultura fosse a sua vulgarização, ou por outro lado, a doação ao povo, do que formulássemos nós mesmos, em nossa biblioteca e que a ele entregássemos como prescrições a serem seguidas. (FREIRE, p. 102, 1967)

Considerações Finais

Dessa forma, o que estavam tentando, segundo FREIRE (1967), era uma educação que se identificava com a realidade dos alfabetizandos. Por isso, afirma Weffort, na introdução do livro, que a prática pedagógica de Paulo Freire, baseia-se, principalmente na liberdade dos alfabetizandos. Visto que, seu Método partia sempre da palavra geradora, apresentada pelos educandos, com relevância social e significado para eles. Para então se iniciar os debates sobre os temas que a palavra geradora apresentava. É uma forma de atrelar a alfabetização à tomada de consciência pelos alfabetizandos, como bem assinala Weffort.

Faz-se necessário que gestores e professores, comecem a observar além do contexto escolar, que voltem seus olhares para os alunos, e suas interações sociais e culturais da comunidade em que está inserido, não desprezando suas experiências fora da Unidade Escolar, dessa forma, o aprendizado poderá tornar-se mais produtivo.

Existem várias abordagens para o termo “Educação Popular”, conceituadas por diversos autores. No entanto, quando se fala em Educação Popular na perspectiva Freiriana, ela toma uma dimensão que vai muito além do ensino democratizado, uma alfabetização voltada para a tomada de consciência do povo a respeito da sua condição social e econômica, e que a partir daí haja a participação da população nas práticas que vão permear o saber popular ao saber sistematizado.

Atualmente, o que vemos em termos de Educação Popular no Brasil, são algumas políticas voltadas para a Educação no Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, ações voltadas para as questões relativas aos negros, mulheres, entre outras. Essas ações formam um conjunto a que chamamos de “diversidade”. No entanto, tais práticas estão permeadas de qualidade? Tal preocupação se traduz nas colocações dos participantes do Seminário Taller sobre



Educação Popular na América Latina e Caribe, cujas conclusões estão no livro “Educação Popular: utopia latino-americana (GADOTTI, TORRES, 1994). Nas conclusões eles não negam os avanços, mas demonstram uma grande preocupação em relação aos desafios a serem enfrentados para por as ações em prática, para que o discurso em relação à Educação Popular saia do papel e avance nas ações de qualidade, principalmente, diante do contexto em que se encontra atualmente a América Latina. Outra conclusão a que chegaram é no sentido de que é necessário mais investigações que levem em conta as “diferenças” a respeito do trabalho a ser realizado com a Educação Popular, para que se possa refletir sobre as questões metodológicas da Educação Popular, visando a melhoria da qualidade.

Em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987), discorre sobre uma pedagogia sob a ótica do oprimido. Afirma que a luta para que o homem seja livre é parecida com a da realidade histórica, que só se dará a partir do homem acreditar em si e do reconhecimento do oprimido em relação a si mesmo.

A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade e mambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, roeste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. Por isto é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria. (FREIRE, p. 16-17, 1987)

Fala a respeito de um trabalho na área da Educação que priorize o diálogo e que ação e reflexão caminham juntas, são inseparáveis, ou seja, Freire dê importância à práxis, visto que para ele não há como realizar um bom trabalho sem ação e reflexão.

A nossa preocupação, neste trabalho, é apenas apresentar alguns aspectos do que nos parece constituir o que vimos chamando de *Pedagogia do Oprimido*: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto



da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, p. 17, 1987)

Para Freire não pode haver uma pedagogia libertadora estando ela longe dos oprimidos, é preciso que os oprimidos sejam os exemplos para eles próprios, na sua luta pela libertação. Segundo o autor,

A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter nos próprios oprimidos, que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos. (FREIRE, p. 22, 1987)

À medida que os oprimidos vão se desvencilhando da opressão, através de uma pedagogia libertadora, cujo caráter tem que ser humanista, e começam a se envolvendo na práxis, através da própria transformação, e que depois de transformada essa situação opressora, a pedagogia passa a não ser mais dos oprimidos, e sim, de homens num processo de contínuo de libertação.

Freire denominou de “educação bancária”, essa pedagogia opressora, que não proporciona o diálogo, ao contrário, domestica e desumaniza o oprimido cada vez mais, somente deposita conhecimentos, e que tem como concepção o homem vazio, e por isso fácil de ser dominado. E é justamente essa “educação bancária” que o autor contesta, apresentando em seu lugar, uma pedagogia que privilegie o diálogo, que seja problematizadora, permeada por reflexões, através do contexto dos alfabetizando. Segundo ele “[...] a educação problematizadora coloca, desde logo, a existência da superação da contradição educador-educandos. Sem esta, não é possível a relação dialógica [...] (FREIRE, 2004, p.39)”, e afirma, também, que para existir o diálogo é necessário que haja o amor, nesse sentido,

Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a *pronúncia* do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há, amor que a infunda. (FREIRE, p. 45, 1987)

Paulo Freire faz crítica aos educadores que simplesmente “dissertam” sobre a realidade escolar e fora dela, sem realmente realizarem uma análise crítica dessa realidade, e se utilizando dessa “dissertação” o educador bancário tenta “depositar” os conteúdos nos educandos, que nem



sequer fazem sentido a eles, e afirma, ainda que “[...] servindo à dominação, inibe a criatividade e, ainda, que não podendo matar a intencionalidade da consciência como um desprender-se ao mundo, a ‘domestica’”. (FREIRE, (1967).

E em contrapartida à “educação bancária”, o autor assinala que o educador-educando se envolve com o conteúdo que não lhe é imposto “[...] um conjunto de informes a ser depositado nos educandos -, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada” (FREIRE, 1987). O que para ele passará a ser um desafio os conteúdos relacionados à sua existência, ao contexto social em que está inserido.

Afirma Freire que,

Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo. (FREIRE, p.39, 1987)

A prática do Método de Paulo Freire é aplicada ainda atualmente por alguns educadores na educação de jovens e adultos.

No entanto, até hoje um dos grandes desafios da Educação Brasileira é a erradicação do analfabetismo. Que mesmo apresentando nos índices um número menor de analfabetos, sabemos através de pesquisas, que temos um índice elevado de analfabetos funcionais.

Atualmente, vivemos um momento no campo educacional da Educação Popular, em que há o paradigma entre os intelectuais e pensadores pós modernos, os quais defendem o saber popular e irracional, e por outro lado, o pensamento da era moderna que valoriza o saber científico e racional. Cabe aos educadores refletir sobre as duas correntes de pensamento, sem simplesmente escolher uma e descartar a outra, conseguindo enxergar que duas teorias opostas podem coexistir, aproveitando, através das reflexões sobre elas, o que se pode aplicar desses modelos para solucionar os problemas no contexto educacional.



Referências

BEISIEGEL, C. de R. **Política e Educação Popular** (A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. 2ª ed. Ática: São Paulo, 1989.

FERRARI, M. **Paulo Freire, o mentor da educação para a consciência**. São Paulo, Abril. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/mentor-educacao-consciencia-423220.shtml?page=0#>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 41 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Cartas a Guiné-Bissau - registros de uma experiência em Processo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M.; TORRES, G. **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez/Edusp, 1994.